

Curso de extensão: Plurilinguismo e política de línguas no território brasileiro

Coordenação: Tania C. Clemente de Souza

Tópico II: As muitas noções que pode ter o vocábulo “língua”.

No campo das políticas linguísticas, muitas iniciativas têm sido tomadas no Brasil, no sentido de se instituir um movimento contrário ao **monolinguismo**. Algumas iniciativas são descritas a seguir.

(1) Criação do IPOL - Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.

O IPOL, (<http://e-ipol.org/>), foi criado em 1999 por um pequeno grupo de pessoas que tinha alguma experiência ou vontade de se dedicar de forma mais específica ao campo das políticas linguísticas. O grupo vinha da assessoria à educação escolar indígena e às suas línguas, do campo da educação popular, da reflexão sobre o ensino de línguas estrangeiras, e foi formado por brasileiros e argentinos. A participação argentina foi fundamental, porque eles tinham uma tradição bem mais consolidada, muitas reflexões e publicações, e também contatos com pesquisadores de outros países.

A fundação o IPOL se volta para chamar a atenção do Estado para a questão do multilinguismo, induzi-lo – docemente, quando possível – à criação e execução de políticas, colocando-se em posição de ajudar na elaboração e implementação dessas políticas, além de refletir e escrever sobre as experiências, para registrar as experiências, e de modo que ficasse cada vez mais patente a importância das línguas para a construção da inclusão social e de uma cidadania ampliada. Como eu dizia acima, o objetivo sempre foi o de construir um Brasil e uma América Latina diferente do/da que tínhamos, identificar fraturas e tensões que permitissem avançar no sentido de reconhecer o país como plurilíngue.

(2) O Inventário Nacional da Diversidade Linguística, administrado pelo IPHAN/MINC, do qual o IPOL foi um estimulador de primeira hora para a criação do programa, a partir de 2006, através de contato com a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, à época presidida pelo Deputado Carlos Abicalil, para iniciar as conversações com o IPHAN no sentido de reconhecer que também as línguas faladas pelos brasileiros, isto é, as línguas brasileiras (indígenas, de imigração, de sinas, crioulos, etc) **são patrimônio cultural da nação**, as línguas de todos os grupos sociais que contribuíram para a construção do país. Foi um longo percurso de discussão político-linguística, numa época em que o IPHAN ainda tinha muitas dificuldades conceituais com este novo âmbito de trabalho.

Essas iniciativas acabaram por trazer à tona as diferentes formas como vem sendo definido o vocábulo “língua”, tanto em termos políticos quanto em função da situação de contato entre diferentes línguas, ou em termos históricos.

Definição de língua em termos políticos:

(1) **Língua como problema.** Quando o Estado Novo brasileiro instituiu a Campanha de Nacionalização do Ensino, com as suas ações de proibir o uso

de línguas de comunidades descendentes da imigração, algumas delas, então, já faladas em território brasileiro há mais de cem anos, estava claramente vendo as Línguas como Problema.

(2) Língua como direito. Quando a Constituição de 1988 incluiu a temática indígena, nos artigos 210, 215, 231 e 232, e reconheceu aos índios “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” está no segundo quadro, que trata da Língua como Direito.

(3) Língua como recurso. Quando os países de língua portuguesa, finalmente, criam um instituto para promover a sua língua no exterior, tratam a Língua como Recurso, neste caso um recurso político, diplomático, com desdobramentos econômicos.

Consequências. A própria noção de **direito linguístico** está, a meu ver, sendo modificada pela noção de **língua como recurso**, na medida em que já não basta poder falá-la ou escrevê-la, mas é preciso ainda que ela também possa ser um veículo de inclusão digital, de modo a evitar a chamada “brecha digital” que separa aqueles que têm acesso à rede na sua própria língua daqueles que não têm. E, ainda, porque os países vão se transformando paulatinamente, em aglomerados linguísticos e deixando de ser os Estados Nação que foram um dia.

Ou seja, pode-se prever que a área mais dinâmica das políticas linguísticas nas próximas décadas, ocorrerá com as políticas da chave de Língua como Recurso, na gestão do multilinguismo e na criação de soluções plurilíngues onde antes se propunham soluções monolíngues.

Enfim, parece ser verdade, como dizia Sylvain Auroux, que a digitalização das línguas e dos conteúdos expressos nas línguas é **a terceira revolução tecnológica** do campo linguístico, de uma importância comparável à da invenção da escrita e depois da invenção da gramática. Esta digitalização dos conhecimentos, em que a língua entra não apenas como veículo das informações, mas também como organizador dos conteúdos, como, por exemplo, ocorre no caso dos buscadores da Internet, que procuram diretamente pelos nomes linguísticos das coisas, modifica e aprofunda dramaticamente a compreensão de como e em que sentido as línguas são recursos.

Referência: Gilvan Müller de Oliveira, Política Linguística. ReVEL, v. 14, n. 26, 2016

Definição de língua em termos históricos:

Língua de contato. Língua de alguma compreensão por parte de falantes minoritários ou despoderizados, quando duas ou mais **línguas** se aproximam

através de grupos de falantes desses idiomas distintos que resulta facilitada ou reduzida drasticamente em sua complexidade sistêmica para que possa haver comunicação. Ex: nheengatu

Língua de fronteira. Nos locais onde os agrupamentos são menores e menos populosos, a fronteira efetivamente é complexa pela natureza de sua formação e pelo modo como se estabelecem ali as relações sociais das diferentes etnias que nela habitam. As fronteiras geográficas são preenchidas de conteúdo social. Se as fronteiras são sociais, se nelas vivem diferentes etnias – índios, espanhóis, árabes, portugueses, alemães, entre outros – o contato linguístico é uma consequência inevitável, e a situação das práticas linguísticas nessas regiões, de um modo geral, um campo pouco explorado pela linguística brasileira.

Uma história das línguas praticadas nas zonas de fronteira do Brasil deve ser considerada a partir de duas condições fundamentais: a primeira, que as nossas fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um velho par de línguas, com um contato histórico e genealógico muito estreito, que é o do português-espanhol; a segunda, que a história de contato dessas línguas, na América, é compartilhada pela história de outras línguas com as quais convivem e/ou entram em conflito. Ambas as condições são reforçadas pelo modo como nossas fronteiras políticas foram sendo constituídas ao longo da história.

A história dessas práticas linguísticas, que se deseja apresentar, não objetiva recuperar apenas os registros existentes sobre as línguas praticadas nas zonas de fronteira. Mas pretende-se, sobretudo, realizar um resgate da história da produção científica sobre a situação linguística das zonas de fronteira, especialmente daquelas onde os estudos sobre os contatos do português e do espanhol desenvolveram-se mais, criando inclusive uma reconhecida tradição em alguns meios acadêmicos, caso da Universidad de la República, do Uruguai.

Língua de herança. Falar de Língua de Herança reflete o fenômeno das competências desiguais nas duas línguas (a majoritária e a minoritária, que designamos, respectivamente, língua do país de acolhimento e Língua de Herança), a maior propensão para usar de forma imediata e espontânea a língua majoritária, que geralmente é a língua dominante.

O conceito de LH, nascido no Canadá (cf. CUMMINS, 1983) e crescido nos Estados Unidos, tem vindo a mostrar a sua vitalidade interpretativa (e mesmo simbólica) na forma como explica a relação dos sujeitos com uma língua cujo estatuto se torna difícil de designar: língua materna, língua de origem, língua dos imigrantes, língua minoritária, língua comunitária ou língua de casa, dentre outras.